



Artigos
científicos



A natureza da questão ambiental contemporânea: subsídios para um debate¹

Ester Limonad
Professora Associada do Departamento de Geografia e
do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade
Federal Fluminense; Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP

Resumo

Com a meta de caracterizar a natureza da questão socioambiental, são abordados (I) alguns traços do atual processo de urbanização, que nos levam a indagar (II) como fica o espaço “natural”. Para elucidar essa indagação, procura-se inicialmente mostrar que cada sociedade elabora uma representação própria do que seja a natureza, para em seguida (III) assinalar como os limites naturais e a escassez dos recursos naturais são criados socialmente, o que conduz a (IV) uma reflexão sobre a preservação ambiental e o seu caráter na contemporaneidade.

Abstract

Aiming to characterize the nature of social and environmental problem this essay centers its attention on (I) some traces of the current process of urbanization, which lead us to ask (II) about “natural” space. The analysis tries initially to show that each society elaborates its own representation of nature, in order to afterwards (III) give an idea of how natural limits and natural resources scarcity are socially created, which leads to (IV) a reflection on environmental preservation and its contemporary character.

Palavras-chave urbanização; natureza; espaço; sociedade.

Key words *urbanization; nature; space; society.*
Data Mining

¹Versão ampliada do texto “Questões ambientais contemporâneas, uma contribuição ao debate”, publicado nos Anais do II Encontro Nacional da ANPPAS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade), realizado em Indaiatuba, em maio de 2004 (Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT01/ester_limonad.pdf>).

limonad@superig.com.br

A intenção deste ensaio é apontar a convergência, em termos metodológicos, entre a produção científica relativa à questão social e urbana, por um lado, e a relativa à questão ambiental, por outro, com o intuito de assinalar o atual caráter da questão da preservação da natureza e do desenvolvimento urbano sustentável, temas esses que, à primeira vista, podem parecer um elemento a mais a ser considerado em uma estratégia de *marketing* urbano orientado pelo espírito de tornar as cidades “protagonistas de nosso tempo” (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 11, tradução nossa) mais competitivas ou, ainda, o *dernier cri* da prática de planejamento, como ressalta Heloísa Soares de Moura Costa (2000, p. 55).

Tal convergência do tratamento da questão urbana com o da questão ambiental já foi assinalada, ainda que de maneira diversa, por autores como Heloísa Soares de Moura Costa (2000) e Marília Steinberger (2001), no Brasil, e Alain Lipietz (1995) e Christian Topalov (1997), na França, entre outros.

Até há pouco tempo a questão social referia-se de forma preponderante à cidade, às lutas sociais e aos movimentos reivindicativos desencadeados no âmbito urbano. Havia de certa forma uma identidade entre o tratamento da questão urbana e o da questão social, em particular em abordagens da teoria social crítica, como nas contribuições de Manuel Castells (1978), David Harvey (1978, 1980, 1982), Henri Lefebvre (1969, 1976, 1991), Jean Lojkin (1981) e Christian Topalov (1980), com destaque, no Brasil, para os trabalhos de Ana Clara Torres Ribeiro (1995), Milton Santos (1990, 1993, 1994) e Benício Schmidt e Ricardo Farret (1986), entre muitos outros.

Nos últimos anos, todavia, essa questão parece desaparecer do discurso político e das polêmicas para ceder lugar à questão ambiental. Hoje há um aparente entrelaçamento dessas questões com a problemática ambiental em nome de uma “sustentabilidade” urbana. Essa convergência, esse entrelaçamento levam a um dilema: trata-se de duas questões diversas, de uma substituição de um problema por outro, ou de duas dimensões de uma mesma questão? Um caminho para elucidar essa indagação estaria em esclarecer o caráter da questão ambiental contemporânea. Isso pressupõe a necessidade de buscar requalificar a questão social e superar a visão de a discussão da natureza ser algo exterior à reflexão social, postura em parte herdada de um certo positivismo e em parte proveniente dos recortes heurísticos, usualmente adotados nas análises.

De certa forma busca-se, aqui, dar prosseguimento à proposição de Christian Topalov (1997, p. 24, 42) de estarmos diante de um novo paradigma, em que a questão ambiental parece substituir a questão social e aparece como pivô central em torno do qual todos os discursos e projetos sociais deveriam ser reformulados para se tornarem legítimos, não obstante seu enfoque parta, segundo Marília Steinberger (2001, p. 17), de uma (con) fusão entre questões urbanas e ambientais.

Antes de prosseguir, cabe esclarecer ser este ensaio um primeiro movimento nosso em direção às indagações levantadas. Constitui, assim, um exercício metodológico que nos permite articular algumas idéias e conceitos, mais do que uma tentativa de dar conta das indagações que nos servem de norte. Ainda em termos metodológicos, é pertinente assinalar que, primeiro, para efeitos deste ensaio, identificamos a questão ambiental com a preservação da natureza pelo fato de essa preocupação se constituir, de certa forma, em um traço comum a diversos discursos ambientais, embora tenhamos clareza de que a amplitude e as preocupações da problemática ambiental vão muito além da preservação da natureza em si.

Em segundo lugar, não confundimos o conceito de ambiente com o de natureza, já que a idéia de ambiente pode ser adjetivada e referir-se não só ao ambiente considerado “natural” mas também ao ambiente construído, ao rural, ao virtual e ao social, entre outros. Enfim, entendemos que a definição

dos conceitos de “natureza” e de “meio ambiente” possui uma importância estratégica para a reflexão sobre o espaço social, à medida que os discursos contemporâneos sobre a natureza ocultam uma agenda política concreta (a esse respeito, ver HARVEY, 1996, p. 174).

Em terceiro lugar, convém esclarecer que este ensaio se limita a buscar organizar algumas idéias inspiradas nas contribuições de Karl Marx sobre a natureza. Não se propõe, assim, a resgatar a produção teórica que tem por objeto o pensamento de Marx sobre a natureza nem a procurar estabelecer o atual estado da arte dessa discussão no âmbito da teoria social crítica, a despeito de sua relevância e dos aportes significativos dos trabalhos de diversos autores, como John Bellamy Foster (2005), Alfred Schmidt (1986) e Neil Smith (1988).

Finalmente, considerando que, com a intensificação do processo de urbanização, cada vez mais espaços “naturais” são apropriados para fins diversos relacionados à reprodução social em geral (capital, meios de produção, força de trabalho), convém indagar: como pensar a questão ambiental sem relacioná-la com a questão da urbanização?

Assim, para dar consecução aos objetivos deste ensaio, inicialmente são assinalados alguns traços próprios do atual processo de urbanização, que permitem à urbanização hoje se espraiar pelo território e facultam uma nova concepção de espaço habitado (ecúmeno) que nos leva a questionar: como fica o espaço natural – não habitado, não urbanizado? Para elucidar essa indagação procura-se mostrar que cada sociedade elabora uma representação própria do que seja a natureza. A seguir são resgatadas as concepções de natureza na obra de Karl Marx, de modo a assinalar como os limites naturais e a escassez dos recursos naturais são criados socialmente. A título de conclusão, na última parte são feitas algumas breves considerações sobre a preservação da natureza e o caráter da questão ambiental contemporânea.

Algumas características da urbanização contemporânea

Se no início do século XX havia pouco mais de dezesseis grandes cidades com mais de um milhão de habitantes, muitas localizadas em países de capitalismo avançado (HARVEY, 1996, p. 403), atualmente há mais de quinhentas dessas cidades, nas mais diversas partes do mundo. Se, naquela época, pouco mais de 7% da população poderia ser considerada urbana, hoje, em países como o Brasil, mais de 80% da população vive em áreas urbanas, o que levou David Harvey (1996, p. 403, grifo do autor, tradução nossa) a afirmar que “o século XX foi o século da urbanização”.

Pela primeira vez na história a questão urbana tornou-se crucial para a maior parte da humanidade. O atual processo de urbanização guarda características particulares que o diferenciam qualitativamente da urbanização predominante no século XX. Henri Lefebvre (1991) e Milton Santos (1996), com a meta de caracterizar e apontar a passagem de uma fase – que designam de urbanização da sociedade – para uma nova fase de urbanização do território, assinalam – o primeiro, na Europa dos anos 1970, e o segundo, no Brasil, a partir do fim da década de 1980 – algumas tendências de organização do espaço. Muitas dessas tendências concretizaram-se e aceleraram-se com o advento da III Revolução Industrial e das tecnologias de informação e comunicação, com fortes impactos na estruturação espacial e territorial. No âmbito da produção teórica, isso é perceptível pela emergência e proliferação de uma ampla gama de debates² em distintos campos do conhecimento.

² Entre os quais se destacam a produção teórica sobre a supremacia dos fluxos sobre os fixos (HENDERSON; CASTELLS, 1987); a sobre a compressão espaço-tempo (HARVEY, 1993; SANTOS, 1994), em que as distâncias seriam suprimidas pelo tempo, ou a aceleração temporal aproximaria os lugares a despeito de as distâncias permanecerem; a sobre o papel das redes (SANTOS, 1996; VELTZ, 1996) e das novas relações entre o local e o global; a sobre o papel das cidades globais (SASSEN, 1994); a sobre a competitividade e a cooperação urbana em escala regional (LIMONAD, 2002; SCOTT *et al.*, 2001); e, enfim, a sobre o papel das cidades como *protagonistas* de nosso tempo (BORJA; CASTELLS, 1997).

Desde o fim do século XX o urbano deixou de estar restrito a uma localização espacial e geográfica específica: a cidade, o marco construído. Ao se disseminar pelo território através de um tecido esgarçado, descontínuo e segmentado, o urbano passa a envolver não só as aglomerações mas os interstícios entre elas existentes – o que torna obsoleta a dicotomia cidade-campo. Tais transformações levam-nos a indagar: que urbanização é essa? De fato, trata-se de uma urbanização com características distintas daquela que prevaleceu durante o capitalismo competitivo. Desde então, as condições gerais transformaram-se. Hoje o sistema capitalista deve garantir, sempre e de ^{forma} incessante, além da reprodução dos meios de produção, a reprodução das relações sociais de produção. E essa reprodução efetiva-se através da totalidade do espaço (LEFEBVRE, 1976, p. 33), à medida que compreende a reprodução do cotidiano em novos e antigos espaços, atravessados por diferentes tempos históricos – simultaneidades e ressignificação de antigos espaços³.

Como e por que isso ocorre? Durante a hegemonia do fordismo-taylorismo, longe de ser um processo autônomo, a urbanização era parte integrante e essencial da produção do espaço pelo capitalismo. Se durante o capitalismo competitivo pouca importância foi atribuída às cidades e ao contexto urbano, isso mudou com a reprodução ampliada, com a globalização da economia e com o desenvolvimento do meio técnico-científico⁴, que intensificaram a concentração de capital nos centros industriais e criaram uma pressão crescente, por parte do capital e da força de trabalho, por investimentos em infra-estrutura, melhoria da habitação, serviços etc. Era necessário reorganizar o espaço urbano e tornar as cidades, redes e sistemas urbanos eficazes, tanto para implementar a acumulação de capital, quanto para apaziguar a inquietação social. Nesse sentido, o Estado desempenhou um papel chave no (re)planejamento das cidades e em sua adequação às novas necessidades impostas para o desenvolvimento do capitalismo.

As tecnologias de comunicação e a reestruturação produtiva decorrente da III Revolução Industrial têm por corolário, entre outras coisas, um aprofundamento da separação espacial entre locais de produção e mercados de consumo, o que propiciou uma deslocalização das atividades produtivas em escala global. Essa deslocalização do capital expressa a maximização da mobilidade espacial do capital e de sua volatilidade. No entanto, ainda assim, a força de trabalho permanece como um dos elementos necessários para a reprodução do capital e dos meios de produção. Por conseguinte, a deslocalização espacial das atividades de produção é acompanhada, *pari passu*, por uma deslocalização e uma dispersão espacial da população entre vários focos de emprego e trabalho, inclusive fora das áreas urbanas. Tal dispersão pode ser interpretada como parte da estratégia de sobrevivência dos trabalhadores no sentido de tentar, por um lado, minimizar os custos de reprodução familiar relacionados à moradia e, por outro lado, maximizar sua mobilidade espacial ante o capital e não permanecer cativos de poucos focos de emprego e trabalho. Deixa de haver assim, necessariamente, uma coincidência entre a inserção produtiva e o local de residência da população (ver LIMONAD, 1996; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Ao mesmo tempo que contribuiu para a urbanização conquistar a escala territorial e ultrapassar os limites da cidade, a deslocalização das atividades produtivas e da população gera problemas ambientais dentro e fora das áreas urbanas. Esse conjunto de transformações na

³ A produção social do espaço, ao longo do tempo, contribui para construir espaços de moradia e de trabalho, que são configurados, desconfigurados e reconfigurados. Isso permite que o espaço social acumule diversos momentos da história. De modo que, se fosse possível realizar um corte espaço-temporal desse espaço social, como se fora um corte geomorfológico, esse corte revelaria diferentes camadas interligadas e interconectadas, como um doce mil-folhas, no qual, em cada camada, correspondente a um período de tempo, haveriam se desenvolvido distintas práticas, atividades e diferentes relações sociais. Um sítio no território poderia converter-se em um ponto de encontro e, ao longo do tempo, transformar-se em local de parada de mulas, albergue, bordel, café concerto, cinema e, enfim, igreja evangélica, entre outras coisas. Os espaços e os lugares do presente tiveram muitas vezes outros significados no passado, e essas mudanças muitas vezes implicaram em alterações e mesmo rupturas, com conseqüentes deslocalização e realocização de grupos sociais e atividades.

⁴ Empregado aqui no sentido que lhe foi conferido por Santos (1994).

esfera da produção e do cotidiano contribui para alterar a qualidade da urbanização e, por conseguinte, das cidades que ora surgem. Admitir que se trata de uma urbanização qualitativamente distinta vai ao encontro tanto das proposições de Lipietz e Leborgne (1988) de que cada modelo de produção possui uma organização própria do espaço quanto das proposições de Lefebvre (1991) de que cada sociedade produz o seu próprio espaço.

Dessa forma, a urbanização difunde-se no território não como um modo de vida urbano na perspectiva limitada da ecologia urbana da Escola de Chicago mas sim, como um modo de vida determinado pelo quadro de vida e pelas formas de inserção dos trabalhadores no processo produtivo, enquanto parte de um processo espacial, social e econômico mais amplo.

Ao se referir à inserção de diferentes grupos sociais no processo de produção, a urbanização passa a abranger o território, independente, assim, da localização espacial desses grupos. Por conseguinte, deixa de haver uma coincidência entre o local de moradia e a inserção no processo produtivo, à medida que, de forma crescente, trabalhadores urbanos passam a residir em áreas rurais, e trabalhadores rurais, em áreas urbanas.

A disseminação no território de relações espaciais e sociais de produção de caráter urbano tende, assim, a conferir ao urbano uma amplitude territorial que transcende aquilo usualmente percebido como “perímetro urbano”. Isso de certa forma é propiciado pela realocação das atividades produtivas, resultante da reestruturação e da reorganização do processo produtivo decorrente das mudanças introduzidas pela III Revolução Industrial. Em síntese, essas mudanças estão relacionadas aos movimentos de realocação do capital e do trabalho e às exigências impostas para suas respectivas reproduções.

Na contemporaneidade a urbanização ocorre de forma localizada sobre o território, seja de forma concentrada, através da extensão da malha urbana, seja de forma dispersa, pela multiplicação fragmentada de segmentos de aglomerações de caráter urbano. De uma forma ou de outra, enquanto processo de transformar em urbano o que não o era, a urbanização compreende, por si só, a apropriação de espaços ditos “naturais” e a sua transformação em espaços urbanos. Essa transformação envolve a produção social do espaço, que integra as diferentes esferas de reprodução social da totalidade, dos meios de produção, da força de trabalho e da família. Assim, ao longo do tempo, espaços “naturais” são apropriados para fins residenciais ou industriais, e muitas vezes grupos sociais e atividades produtivas preexistentes são deslocalizados.

Para Lefebvre (1991, p. 354-355), a reprodução ampliada e as novas condições materiais do capitalismo estariam intimamente relacionadas aos processos pelos quais o sistema capitalista como um todo consegue ampliar sua existência através da manutenção e disseminação socioespacial de suas estruturas, tanto ao nível da reprodução do cotidiano, da força de trabalho e dos meios de produção, quanto ao nível da reprodução das condições gerais e das relações gerais sociais de produção. Seria no espaço socialmente produzido, no espaço urbano estendido mesmo no campo, que se garantiria a sobrevivência do capitalismo através da reprodução das relações dominantes de produção, ou seja, através de um espaço social concretizado, criado, ocupado e fragmentado conforme as necessidades da produção e do capitalismo.

O atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e as tecnologias de comunicação e transmissão de dados permitem que a urbanização se espraie pelo território,

inclusive por áreas nunca dantes habitadas e até então vistas como inóspitas. Resulta daí uma disseminação segmentada e dispersa do espaço habitado – o ecúmeno –, que impacta de diferentes formas o que se poderia chamar de espaços não-habitados e que nos leva a indagar como fica o espaço natural.

Sobre a natureza do espaço natural

Há pouco menos de meio século, nos anos 1960, antes de o homem pisar a superfície lunar, compêndios de geografia dividiam o planeta Terra em ecúmeno – os espaços habitáveis – e anecúmeno – os espaços inabitáveis. Estes últimos, segundo a geografia tradicional, seriam os desertos quentes e frios, as grandes depressões, as grandes altitudes, as áreas alagadas, as pantanosas etc. Hoje, com o avanço tecnológico, com as pesquisas para construir laboratórios espaciais ou submarinos, para “terrestificar” Marte e outras, não há como falar em espaços inabitáveis. Todo o planeta tornou-se potencialmente habitável. O avanço tecnológico atual possibilita ao homem e a seus artefatos invadir os lugares mais recônditos do planeta e habitar os sítios mais inóspitos. Pode-se dizer, em uníssono com Max Sorre (1957), que todo o planeta se transformou em ecúmeno.

Santos (1996) salienta que não há mais espaço natural, ou seja, natureza intocada, questão levantada por Lefebvre (1991, p. 30) ao afirmar que, se o espaço (social) é um produto (social), a primeira implicação disso seria a desapareição do espaço natural. Para Lefebvre (1969, p. 65), a natureza seria aquilo que escapa à racionalidade e é atingido através do imaginário. Mas o que escapa à racionalidade hoje? Uma vez que a própria idéia de natureza em si constitui uma racionalização e uma representação, mesmo as áreas mantidas como reserva de recursos naturais, como o assim chamado “capital natural”, não deixam de ser objeto da racionalidade, ao mesmo tempo que se constituem enquanto tal.

Lipietz (1995, p. 10, tradução nossa), por sua vez, chama a atenção para o fato de que “tudo que existe na Terra é atualmente influenciado pela atividade humana” e afirma que, em decorrência disso, nenhum local deixaria de sofrer os efeitos dessa atividade, citando como exemplos desde as encostas do Himalaia até a diversidade biológica e a espessura da camada de ozônio. A idéia do fim da “natureza natural” não tem nada de novo, e mesmo Marx e Engels (1976, p. 46, tradução nossa), em sua crítica a Feuerbach, são enfáticos ao afirmar que “a natureza que precedeu a história humana não é de modo algum a natureza em que Feuerbach vive; é uma natureza que não existe mais em lugar nenhum (exceto talvez em algumas ilhas de coral australianas de origem recente)”.

Enfim, segundo a lógica desses autores, pode-se concluir que mesmo a “natureza natural” não escapa à racionalidade, como propõe Lefebvre (1969), nem deixa de ser influenciada pela atividade humana, conforme Lipietz (1995), uma vez que essa “natureza natural” não se encontra em uma bolha preservada e isolada do resto da atmosfera, dos lençóis freáticos, da chuva ácida, da contaminação e da poluição ambiental... Um exemplo marcante é o recente exame de diferentes amostras de profundas camadas de gelo das calotas polares, que indicou um decréscimo da poluição por chumbo no século XX em relação ao século XIX, quando era mais intensa a utilização de metais pesados nos combustíveis.

Então, que espaço “natural” é esse? Qual a natureza desse espaço “natural”? Como compreendê-lo? Horacio Capel (2005, p. 115) propõe que se comece por aceitar que hoje a natureza não é mais uma natureza “natural”, considerando que toda a superfície da Terra está afetada pelas atividades humanas.

Para Lefebvre (1991, p. 32 *et seq.*), o espaço natural não existe mais, é algo que reside apenas em nossa memória. Sua argumentação parte da hipótese de que o “espaço (social) é um produto (social)”, de onde se pode deduzir que o espaço é um produto (social), e aí, por conseguinte, a natureza, embora possua uma dinâmica própria sobre a qual intervém a sociedade, seria hoje, em parte, resultante dessa produção.

Ao entender a urbanização como processo de estruturação do território, deve-se entender que esse processo resulta da produção (social) de um espaço (social). E se a urbanização apresenta novas características que a distinguem de uma fase precedente, cabe indagar se a mudança de qualidade no processo de urbanização pode representar a produção de um “novo” espaço, com novas espacialidades, ou ser como tal interpretada. Aparentemente sim, uma vez que, partilhando da proposição de Lefebvre (1991, p. 31), cada sociedade e, por conseguinte, cada modo de produção produzem um espaço, seu próprio espaço. Nesse sentido as cidades do passado não podem ser entendidas apenas como uma coleção de pessoas e coisas no espaço, como pretendem certas abordagens que vêem a cidade como um fenômeno típico do capitalismo. Cada cidade, em cada época, possuía suas próprias práticas espaciais, seus ritmos cotidianos em termos da apropriação do espaço, da organização do espaço interno da habitação e da cidade – o que nos remete não só às relações socioeconômicas mas também à sua base cultural e etnográfica.

Enfim, o espaço social contém e atribui lugares apropriados às diferentes esferas de relações sociais de reprodução e produção, que inter-relacionam uma ordem próxima com uma ordem distante: por um lado, têm-se historicamente a habitação e a organização da família; por outro, a divisão do trabalho e a organização da sociedade, que repercutem entre si. No capitalismo esse esquema sofisticou-se com a introdução de um nível intermediário entre a reprodução da família e a reprodução dos meios de produção, o da reprodução da força de trabalho, que não devem ser vistos separadamente mas sim, como diferentes momentos da reprodução das relações sociais de produção, que interagem entre si.

Lefebvre (1991, p. 33) assinala que o espaço social contém representações específicas dessa interação entre as relações sociais de produção e reprodução, que seriam: as práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação⁵. Assim, admitir que cada sociedade produz seu próprio espaço implica aceitar que cada sociedade elabora suas próprias práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação e que, por conseguinte, cada sociedade produz uma representação própria da natureza – seja enquanto representações hegemônicas (representações do espaço – domínio do concebido), seja no imaginário da vida social (espaços de representação – domínio do vivido), que de certa forma orientam as práticas espaciais dos diferentes grupos sociais (domínio do percebido). As primeiras manifestam-se no discurso ambiental e na preservação da natureza como recurso e “capital natural” para as gerações futuras; os segundos, no imaginário social e na apropriação da natureza enquanto valor de uso; e as terceiras, enquanto instrumentos conformados para assegurar o sucesso das primeiras.

De fato, se cada sociedade elabora suas próprias práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, pode-se dizer que cada sociedade, em diferentes modos de produção, ou mesmo modelos de produção, terá diferentes concepções do espaço natural, da natureza e dos argumentos pelos quais essa “natureza” deveria ser preservada, o que converge para a proposição de que “o conceito de natureza é, sem dúvida, uma construção cultural” (CAPEL, 2005, p. 117, tradução nossa).

⁵ As práticas espaciais abarcam a produção e a reprodução social das relações de produção e as localizações e os conjuntos espaciais específicos de cada formação social. As representações do espaço, por sua vez, estão ligadas às relações de produção e à ordem que essas relações impõem, a serviço de uma estratégia hegemônica, e, portanto, ao conhecimento, a um sistema de signos e códigos. Já os espaços de representação corporificam complexos simbolismos, por vezes codificados, por vezes não, ligados aos aspectos não-hegemônicos ou clandestinos da vida social e encontram-se no domínio do imaginário (LEFEBVRE, 1991, p. 33-34).

Ao mesmo tempo que são elaboradas representações do espaço – concepções hegemônicas do que seria a natureza e das causas para protegê-la –, têm-se espaços de representação, que corporificam complexos simbolismos, por vezes codificados, por vezes não, ligados aos aspectos não-hegemônicos ou clandestinos da vida social e ao valor de uso da natureza. Esses espaços de representação sintetizam o imaginário e correspondem ao espaço vivido dos grupos sociais, cuja relação com a natureza integra a sua própria estratégia de sobrevivência.

Coexistem, assim, diferentes concepções no âmbito do imaginário e do discurso, as quais podem oscilar dos espaços de representação às representações do espaço hegemônicas. Entre as primeiras, as cosmogonias aborígenes ou indígenas constituem um exemplo da visão de unicidade que permeia muitas culturas e fundamenta sua relação com o meio, como é o caso da que se revela na carta de Chefe Seattle ao Presidente Franklin Pierce, de 1855:

Isto nós sabemos: a Terra não pertence ao homem; é o homem que pertence à Terra. Isto nós sabemos: tudo está interligado, como o sangue une uma família. Tudo o que acontece à Terra acontece para os filhos da Terra. O homem não tece o tecido da vida, o homem é apenas um fio desse tecido. Tudo o que os homens fazem a esse tecido fazem a si mesmos. (CHEFE SEATTLE⁶, 1855 *apud* UNITED NATIONS, 1996, n.p., tradução nossa).

As segundas, por sua vez, embora se proponham a preservar a natureza e pautem-se em distintas concepções de natureza, por seu próprio caráter hegemônico e político expressam-se, muitas vezes, sob a forma de uma legislação normativa que busca regular a relação homem-natureza.

Enquanto fonte, recurso e ponto comum de partida do espaço (social), o assim chamado espaço natural (a “natureza”) converteu-se em objeto de uma obsessão: todos querem “salvar” ou preservar a natureza, desde organismos não-governamentais, até instituições de porte internacional sem tradição nesse campo, como o Banco Mundial. Todos comungam hoje da “paixão” pela preservação e/ou conservação da natureza. Nenhum partido político, movimento social ou grupo de esquerda jamais atingiu tal comunhão! Importa, portanto, distinguir os diferentes matizes e interesses relacionados à preservação da natureza – e deixar claro de qual natureza se está falando.

Nem sequer o continente africano detém mais a alardeada “natureza selvagem”. Elefantes, leões, girafas e rinocerontes, sem falar nos gorilas, sobrevivem em parques e reservas cercadas para coibir a caça e a matança ilegais. Mesmo os sítios intocados sofrem o impacto das forças do desenvolvimento “civilizatório”: em função do efeito estufa e da poluição ambiental, o monte Kilimanjaro, na África, corre o risco de ter sua capa de neve eterna derretida, e as geleiras e as calotas polares recuam.

De fato, ao ser submetido às exigências da sociedade neocapitalista, o espaço “natural” é subjugado e aniquilado enquanto tal e reorganizado seja enquanto reserva de valor – “capital natural” (reservas florestais e parques nacionais) –, seja enquanto espaço de consumo e lazer. Ao mesmo tempo a “natureza” é oferecida como simulacro e espaço “não-contaminado” a ser consumido em parques temáticos (*Sea Worlds, Marinelands, Wild Animal Park, Alligator Farm* e Simba Safari, entre outros) que buscam recriá-la sem os riscos que “*the real thing*” – a natureza selvagem – oferece. A “natureza selvagem” é colocada ao alcance de todos que possam pagar por ela, sem os riscos de serem picados por mosquitos, carrapatos, cobras, aranhas...

A “natureza” e a possibilidade de seu usufruto ressurgem, assim, aprisionadas e contidas nos projetos arquitetônicos e urbanísticos através de jardins, cascatas artificiais, parques e espaços am-

⁶ Trecho da carta de Chefe Seattle ao Presidente Franklin Pierce, datada de 1855, relativa a uma proposta de compra, por parte do governo dos Estados Unidos, de terras dos índios Duwamish e Squamish, de Puget Sound (cf. UNITED NATIONS, 1996). Embora essa carta seja citada em diversas publicações e em várias versões, seu original nunca foi localizado, sendo considerada espúria por alguns autores. A respeito dessa controvérsia, ver Low (1995) e Weiss (1990).

plos. Ao tratar de *Disneyland*, Umberto Eco (1984) remete-nos à idéia do simulacro de recriação da natureza em parques temáticos e selvagens como uma fonte de resgate (controlada) de experiências selvagens e de aventuras. Steven Spielberg e Michael Crichton, por sua vez, levam essa idéia às últimas conseqüências com o filme *Parque dos dinossauros* (JURASSIC... 1993).

O espaço “natural” aparece também como pano de fundo, decoração, paisagem, ou, mais do que isso, persiste em todas as partes, e cada detalhe, cada objeto natural é valorizado ao conquistar um peso simbólico. Nesse contexto temos a desnaturalização da natureza, conforme o espaço natural primitivo e intocado se converte em uma ficção e passa a habitar a nossa memória.

A “fetichização” do espaço natural muitas vezes conduz a um furor de preservar a “natureza intocada” pelo homem – ainda que esta faça parte do nicho ecológico do próprio homem –, furor expresso em uma legislação excludente, pautada em uma (pré)concepção oficial do que seria o espaço “natural”, materializada em normas ambientais que privilegiam certas práticas espaciais em detrimento de outras. Não se pode dizer que essa representação do espaço “natural” coincida com a percepção e a vivência dos diferentes grupos sociais em relação a ele; portanto tal concepção não necessariamente contempla as práticas espaciais de grupos sociais que interagem com esse espaço “natural”. A visão preservacionista do espaço “natural” geralmente privilegia a não-contaminação da “natureza” pelo homem.

Natureza, ambiente, recursos naturais e escassez

A natureza sempre foi objeto de reflexão de diferentes campos do conhecimento. Porém, é com a tradição filosófica moderna ocidental, desde Francis Bacon até os dias atuais, à medida que a natureza é encarada como domínio das ciências naturais, que se verifica um distanciamento das ciências humanas em relação à natureza. Há, portanto, uma crescente separação no tratamento das questões sociais em relação às questões ambientais, em que a natureza se torna algo externo ou mesmo estranho à questão social.

Nos tempos atuais, todavia, há uma aparente convergência dessas questões, uma vez que diversos autores, entre os quais Harvey (1996), Lipietz (1995) e Topalov (1997), assinalam que hoje a questão ambiental é uma questão social. Por outro lado, com a crescente urbanização da sociedade, seria possível afirmar que as produções teóricas sobre a questão urbana e sobre a questão ambiental convergem para conformar a questão social atual.

De fato, é de extrema importância situar os conceitos de natureza e de ambiente, uma vez que aparentemente o que se encontra em pauta é a preservação de uma ordem social particular e de um *status quo* hegemônico, mais do que a preservação da natureza em si (HARVEY, 1996, p. 148).

Para os economistas clássicos, em particular para Thomas Malthus (1826), os limites naturais para o desenvolvimento do capitalismo, a persistência da pobreza e a origem das crises estariam relacionados diretamente à escassez de recursos ante as leis naturais de população e a concomitante geração de uma superpopulação. Marx escapa da armadilha da superpopulação malthusiana ao apontar que a formação de uma população excedente não se constitui em um obstáculo, como propunha Malthus (1826): pelo contrário, seria intrínseca à lógica do capitalismo enquanto meio de regulação dos salários e base para o próprio desenvolvimento e expansão do modo de produção (MARX, 1975, livro I, p. 730-751). No entanto, ainda hoje algumas correntes defensoras da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável apresentam ponderações de caráter neo-malthusiano, em que o

elemento-chave para a sustentabilidade seria o controle populacional. A essas ponderações se somam tentativas, por outro lado, que buscam “impor um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os ‘recursos ambientais’” (ACSELRAD, 1999, p. 79).

Em contraposição a Malthus, Marx adota, principalmente em *O capital* (1975), uma visão instrumental da natureza, que predominou durante muito tempo no marxismo, à qual voltar-se-á a seguir. Porém, mesmo Marx apresenta outra visão da natureza, seja ao apontar, em sua crítica a Feuerbach, a inexistência, já em sua época, de uma natureza anterior ao homem, seja ao salientar que “[...] uma coisa pode ser valor-de-uso, sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontânea na selva etc.” (MARX, 1975, livro I, p. 47).

A idéia da natureza enquanto valor de uso está relacionada à idéia de apropriação e não necessariamente de dominação – a apropriação implica uma relação simbólica, em que a natureza pode aparecer como um bem comum acessível a todos – e em tal sentido poderia ser relacionada à idéia da reprodução social das relações de produção, à medida que a relação homem-natureza faz parte do desenvolvimento humano e é mediada pelo processo de trabalho:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, quaisquer que sejam as formas de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1975, livro I, p. 50).

A naturalização do ambiente em recursos naturais, a coisificação da natureza e a defesa de sua preservação, por alguns ideólogos, enquanto capital natural envolvem uma visão instrumental da natureza, na qual poder-se-ia dizer que esta conquista um valor. Porém, como atribuir um valor à natureza, se ela não é produto do trabalho humano?

De fato, a concepção instrumental da natureza sobrepuja, na tradição da teoria social crítica, a sua concepção enquanto valor de uso, o que permite a Harvey (1996, p. 120-121, tradução nossa) assinalar que “o socialismo persegue projetos ‘prometéicos’ em que a ‘dominação’ da natureza é considerada ao mesmo tempo possível e desejável”. Essa visão instrumental da natureza levou a certas radicalizações de que a natureza poderia e deveria ser dominada pela sociedade para satisfazer as necessidades humanas, sem a percepção de que isso poderia constituir-se em um problema de dimensões catastróficas (HARVEY, 1996, p. 146).

De certa forma essa concepção de dominação da natureza para satisfazer as necessidades humanas só começou a ser repensada quando se evidenciaram as conseqüências das práticas implementadas durante a Guerra Fria. Nos anos 1960, em nome da construção ideológica das grandes potências tratava-se de subjugar a natureza e submetê-la aos desígnios do homem. Em nome do desenvolvimento cometeram-se atrocidades de leste a oeste e de norte a sul, sem preconceito de credo, raça ou religião: desde as práticas de irrigação e drenagem para aumentar as colheitas na antiga União Soviética, que secaram o Mar Aral, até a desertificação da Baja California mexicana como resultado da construção do “maior complexo de represas do mundo”, o sistema Boulder Colorado, para viabilizar a Califórnia americana, que até então não passava de uma zona desértica repleta de areia, pedregulhos e cascavéis. Porém, não são apenas grandes intervenções que geram desastres naturais de proporções inimagináveis; basta lembrar a calamidade que representou para a fauna dos Grandes Lagos na América do Norte a introdução de um microrganismo do Mar Negro, predado por um

esturjão inexistente nos referidos lagos, em razão da conexão com o Atlântico através do canal de Saint Lawrence.

Marx argumenta que o poder do homem para dominar a natureza residiria no desenvolvimento das forças produtivas, principalmente quando assinala que “o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita” (MARX, 1975, livro III, p. 942). Para que isso ocorra, “a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho” (MARX, 1975, livro III, p. 942), que só é alcançada à medida que o homem cria novos meios de se apropriar da natureza.

Uma vez que as forças produtivas são constituídas por meios de produção, força de trabalho, matérias-primas e tecnologia, tem-se que: 1) o desenvolvimento de novos meios de produção (máquinas e ferramentas) está ligado de forma intrínseca à produção de conhecimento; 2) o desenvolvimento da força de trabalho está relacionado a transformações no processo de trabalho, que muitas vezes dependem de inovações técnicas; e 3) o aproveitamento dos recursos naturais e das matérias-primas está diretamente relacionado ao avanço tecnológico, que, por sua vez, 4) depende da produção de conhecimento e do avanço científico. Isso leva-nos a concluir que hoje o desenvolvimento das forças produtivas estaria mais do que nunca relacionado à produção de conhecimento em interação com seus outros fatores constituintes. Não se trata, porém, de cair em um determinismo tecnológico mas sim, de enfatizar a primazia da produção do conhecimento nos tempos atuais para o avanço do desenvolvimento das forças produtivas.

Se o desenvolvimento das forças produtivas não está limitado, como foi exposto acima, pela escassez de recursos naturais, em que sentido esses recursos seriam escassos? Aparentemente essa escassez é relativa a um determinado momento, a um estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a uma etapa do desenvolvimento da produção do conhecimento. Harvey (1996, p. 147, tradução nossa) oferece uma definição relacional do termo “recursos naturais” enquanto uma “estimativa cultural, técnica e econômica dos elementos e processos na natureza que podem ser aplicados para satisfazer objetivos e metas sociais através de práticas materiais específicas”. Ora, uma estimativa, qualquer que seja, está referenciada ao estágio do conhecimento e à capacidade de entendimento e comunicação, que variam histórica e geograficamente. Por conseguinte, conclui Harvey (1996, p. 147, tradução nossa), “a longa história do próprio capitalismo mostra que as estimativas técnicas e econômicas podem mudar rapidamente, e a adição da dimensão cultural possibilita uma maior fluidez e variabilidade da definição”. Admitir a escassez na natureza e a existência de limites naturais “universais” significa, portanto, ignorar como a escassez e esses limites são socialmente produzidos para atender certos objetivos, objetivos esses que dependem geralmente de quem define os “desejos” e as “necessidades” sociais, institucional e politicamente, e de quem toma as decisões. E, em uma escala global, a “escassez” é definida com base nas alianças políticas existentes e no estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Não vai longe o tempo em que se faziam previsões catastróficas de um futuro desolado ante o fim das reservas de petróleo. Hoje, com carros movidos por motores híbridos⁷ ou a hidrogênio, essa visão da esgotabilidade do petróleo pode ser afastada. Todavia, a adoção generalizada de um novo tipo de tecnologia motora repercutiria de forma violenta em diversos setores da economia mundial ligados ao uso do petróleo como combustível, sendo daí necessário aguardar um período

⁷ O *Prius*, lançado pela Toyota em 1997, com motor híbrido com autonomia de 1.000 km por tanque de gasolina, combina eletricidade e gasolina. A gasolina serve para dar a partida, entrando depois em ação o motor elétrico, que se auto-recarrega com o carro em movimento. Além do baixo consumo, esse modelo de veículo praticamente não polui. Seu lançamento obrigou as montadoras a investirem no desenvolvimento de novos protótipos, pois, ao contrário de outros veículos elétricos, o *Prius* apresentava bom desempenho, conforto e linhas modernas. Atualmente é comercializado com isenções fiscais nos Estados Unidos, Japão e Austrália (vide informações nos sites <www.toyota.com> e <www.prius.toyota.com.au>).

de adaptação do mercado, como ocorreu por ocasião da passagem da televisão em preto-e-branco para a em cores.

Se as relações entre natureza e capital foram articuladas historicamente por diferentes regimes discursivos, atualmente os discursos do desenvolvimento sustentável e da conservação da biodiversidade evidenciam que o capital começa a tomar consciência da necessidade de internalizar a natureza ao seu domínio. Trata-se, assim, de preservar a natureza e defender a biodiversidade para garantir possibilidades de lucro e condições gerais de (re)produção no futuro (ESCOBAR, 1996, p. 46 *et seq.*), pois o que se encontra em jogo é a continuidade dos modelos de desenvolvimento hegemônicos e a perpetuação das estruturas de dominação e poder.

Isso não exclui, porém, a possibilidade de em um dado momento o capitalismo ser confrontado com uma situação de escassez e superpopulação de sua própria lavra. Atribuir tal situação de escassez à natureza, e não às formas de dominação e apropriação desta, é ocultar a dimensão geopolítica do problema, uma vez que os recursos são desigualmente distribuídos sobre o globo e disputados por diferentes grupos sociais com interesses muitas vezes conflitantes.

De fato, a apropriação da natureza aproxima-se, assim, de uma terceira possibilidade proposta por Marx. Não se trata da concepção da natureza enquanto valor de uso ou recurso natural, nem da natureza coisificada enquanto capital natural ou valor como a querem conceituar algumas correntes, mas enquanto meio de apropriação de renda com base na propriedade privada ou fonte de valor, pois

[...] onde quer que os recursos naturais possam ser objeto de monopólio e assegurar ao industrial que os explora um lucro suplementar – trate-se de quedas d'água, minas de ricos veios, águas piscosas ou terrenos para construir bem situados –, apodera-se desse lucro suplementar, na forma de renda, [...] aquele que detém o privilégio de dono desses recursos em virtude do título de propriedade sobre uma parcela do globo terrestre. (MARX, 1975, livro III, p. 887).

A questão que se coloca hoje é a disputa sobre os recursos naturais que possam ser objeto de monopólio e que ainda não apresentam uma definição de ocupação certa ou título de propriedade, o que em parte explica, por exemplo, os conflitos entre o Chile e a Argentina em torno do canal de Beagle devido às reservas de gás natural lá existentes e as disputas em torno da Amazônia enquanto pulmão verde do mundo, entre outras. Isso, porque o controle desses recursos naturais é que permite, parafraseando Marx, a uma parte da sociedade exigir da outra um tributo pelo direito de habitar a terra, “pois de modo geral na propriedade fundiária se inclui o direito do proprietário de explorar o solo, as entranhas da terra, o ar e, por conseguinte, o que serve para conservar e desenvolver a vida” (MARX, 1975, livro III, p. 888), o que complementa a proposição do próprio Marx (1975, livro I, p. 48): “finalmente, nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil”.

Dessa forma, a dominação da natureza, sua coisificação e sua “utilidade” para a reprodução social (dos meios de produção e da sociedade) permitiriam vê-la não como valor mas como fonte de valor, conforme assinala Marx no início do primeiro capítulo da *Crítica ao programa de Gotha*:

O trabalho *não é a fonte* de toda riqueza. A *natureza* é, na mesma medida que o trabalho, fonte de valor de uso (e é certamente desse material que a riqueza consiste!), que é em si mesmo apenas uma manifestação da força da natureza, da força de trabalho humana. (MARX, 1970, n.p., grifo do autor, tradução nossa).

A história da humanidade, *per se*, mostra em atos corriqueiros do cotidiano a mutabilidade da apropriação de diversos recursos naturais e do aproveitamento de fontes energéticas: vai longe o tempo em que os homens viajavam em navios movidos apenas pela força do vento, viviam à luz de lamparinas de óleo de baleia, cozinhavam em fogões a lenha e viajavam em lombo de burros. Com os motores híbridos e a hidrogênio, em algumas décadas o petróleo será um combustível obsoleto, como se tornou a lenha para mover as máquinas a vapor. A produção do conhecimento e o desenvolvimento do meio técnico-científico desempenham aí um papel relevante: como esquecer do primeiro computador com oito bits de memória, que ocupava uma sala de quarenta metros quadrados, em engrenagens e circuitos de válvulas? Atualmente, em um *microchip* de apenas um centímetro quadrado concentram-se microprocessadores ultravelozes que permitem uma miniaturização cada vez maior, o que remete à asserção de Marx (1979, p. 130) de que a humanidade somente se propõe problemas que pode resolver.

Torna-se patente, pois, que as concepções e as representações sobre ambiente, recursos naturais, natureza e escassez vigentes em diferentes momentos históricos e em diferentes lugares não são em absoluto neutras e inócuas, como podem parecer a uma primeira vista. O perigo das idéias de escassez e de superpopulação é que, onde quer que se defina a escassez, será estabelecido um nível ótimo de população e de aproveitamento dos recursos naturais em nome da humanidade, da civilização ou mesmo das gerações futuras, quando não algum tipo de repressão (HARVEY, 1996, p. 148). Em nome das gerações futuras e de um futuro comum, o Banco Mundial preserva o nicho ecológico dos tigres de Bengala em um remoto vale da Índia, enquanto a população que lá sobrevive tem como única fonte de abastecimento energético para cozinhar e iluminar suas casas, assim como seus antepassados, “bosta de vaca” seca – por não ter aceitado a construção de uma usina nuclear e haver optado por formas mais limpas de energia.

Concordamos assim com Harvey (1996, p. 148, tradução nossa), quando salienta que “todo o debate sobre ecoescassez, limites naturais, superpopulação e sustentabilidade é um debate sobre a preservação de uma ordem social particular mais do que um debate sobre a preservação da natureza *per se*”.

Nessas condições cabe questionar como fica a palavra de ordem dos últimos tempos, um dos ícones da preservação ambiental desde o Relatório Brundtland: “o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade urbana”.

Em nome de que futuro comum?

Muitos termos adotados no debate ambiental contemporâneo aparentemente incorporam valores capitalistas sem saber que o fazem e contribuem para uma apologia do desenvolvimento do capitalismo com base no discurso da sustentabilidade ambiental. Um bom exemplo, como mostra a análise crítica de Arturo Escobar (1996, p. 49-64), é o Relatório Brundtland, que, ao introduzir a idéia de “gerenciar” a natureza e a Terra, contribui para a capitalização da natureza e seu tratamento como mercadoria, além de colocar a escassez como fato dado. O discurso do desenvolvimento sustentável, “pedra de toque” do Relatório, propicia a reinvenção da natureza como ambiente, de forma a permitir sustentar o capital e não a natureza, o que o torna parte integrante da produção de conhecimento a serviço da reprodução do capital, agora em uma nova fase, a ecológica (ESCOBAR, 1996, p. 56), claramente expressa pelas preocupações atuais de várias políticas e programas do Banco Mundial.

A própria idéia de sustentabilidade em si não é nova, sendo possível localizar suas raízes na economia. A possibilidade de o crescimento econômico prolongar-se no tempo pode ser encontrada nos escritos de David Ricardo, datados de 1817; posteriormente, a sustentabilidade do desenvolvimento, entendida enquanto sustentação do sistema capitalista de produção, ocupou o cerne das preocupações de Karl Marx e Joseph Schumpeter, bem como de seguidores de John Maynard Keynes (PEDRÃO, 2002, p. 28).

Da mesma forma que o discurso da escassez, a idéia de sustentabilidade é socialmente criada, e pode-se dizer que integra o corpo de representações do espaço; afinal, a sustentabilidade é um princípio intrínseco à idéia de desenvolvimento, ou, como assinala Costa (2000), não há desenvolvimento que não seja sustentável. Enfim, mesmo a idéia de sustentabilidade não é produto de um campo específico do conhecimento. De fato o termo “sustentabilidade” significa coisas completamente diferentes para diferentes pessoas, mas “é muito difícil ser a favor de práticas ‘insustentáveis’ [...] e assim o termo cola como um reforço positivo de políticas e política, conferindo-lhes a aura de serem ambientalmente sensíveis” (HARVEY, 1996, p. 148, tradução nossa).

Os discursos e as idéias da sustentabilidade trazem em si “representações, idéias e valores distintos que remetem mais aos efeitos práticos desejáveis e à busca de legitimidade política do que à construção de um conceito explicativo” (ACSELRAD, 1999, p. 80). A argumentação da sustentabilidade, assim, contribui para articular diferentes discursos em torno de uma estratégia comum, em particular de estratégias voltadas para o desenvolvimento urbano com preocupação ambiental e sustentável. Henri Acselrad (1999, p. 87) ressalta que associar a noção de “sustentabilidade” a uma “forma social de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas significa ignorar a diversidade de formas sociais”.

Portanto, admitir a existência de diferentes grupos sociais com interesses diversos significa rejeitar que haja apenas uma forma adequada de uso “sustentável” e reconhecer que essa sustentabilidade é forjada sobre interesses específicos. Tais interesses encontram um rebatimento concreto nos três momentos da reprodução social e da produção de seus respectivos espaços de (re)produção, que têm por base a apropriação material dos recursos naturais e do território. É nesse contexto que cabe analisar os discursos da preservação ambiental e da sustentabilidade do desenvolvimento, enquanto discursos ligados politicamente à defesa de interesses sociais e econômicos, geograficamente localizados.

Mas trata-se de preservar que ambiente? Assim como há uma diversidade de concepções de natureza, há também uma ampla gama de opiniões do que seja o “ambiente”, adjetivado ou não – pois é possível falar de um ambiente urbano, de um ambiente rural, de um ambiente selvagem, de um ambiente natural, de um ambiente para alguém ou para algumas coisas. E, muitas vezes, contrapõe-se no discurso o ambiente “natural” ao ambiente “construído”, como mostrou Pierre George (1973)⁸.

A preservação ambiental apresenta hoje diferentes discursos ligados a interesses diversos – portanto não é possível proceder como se se tratasse apenas da preservação de florestas e de nichos ecológicos. Esses discursos podem contribuir para manter o *status quo* hegemônico e garantir condições gerais para sua reprodução futura, além de viabilizar e legitimar políticas e práticas implementadas por parte do Estado e/ou de instituições, direcionadas para a gestão ambiental e a alocação eficiente e racional dos recursos naturais, que atendam as necessidades impostas pelo desenvolvimento

⁸ No início da década de 1970 Pierre George estudou minuciosamente o termo, ressaltando como ele é apropriado por outros campos do conhecimento e sua importância para a geografia, em particular ao assinalar “que poderíamos nos sentir propensos a definir a geografia como sendo a ciência do ambiente humano” (GEORGE, 1973, p. 9). Mais recentemente, Marília Steinberger (2001) procedeu a uma exaustiva e sistemática recuperação do termo e de sua importância para o planejamento ambiental.

econômico e pela acumulação de capital. Um exemplo da internalização da questão ambiental por parte de certos setores do capital expressa-se no afã com que se busca modelar a defesa da natureza, com o apoio da indústria cultural e de comunicações através de uma imagem “politicamente correta” e de legitimidade política, que muitas vezes está associada ao selo “verde” de consumo e à bandeira da sustentabilidade ambiental.

Portanto, essa é uma questão geopolítica que, além de articular diferentes interesses e poderes, envolve diversas escalas de ação em que se contrapõem as perspectivas do valor de uso da natureza e sua apropriação social, a sua coisificação e instrumentalização enquanto “capital natural” ou reserva de recursos naturais e, ainda, os discursos acerca da preservação ambiental e da sustentabilidade⁹ que têm sua origem em agendas políticas concretas. Assim toda reflexão crítica sobre a natureza e sobre a problemática ambiental não deixa de ser um exame crítico da sociedade em determinada conjuntura, uma vez que tudo o que dizemos e fazemos está imbuído de uma concepção de natureza (HARVEY, 1996, p. 174).

A partir do exposto, torna-se patente a necessidade de ampliar o olhar sobre o social e o ambiental. Não se trata, porém, de pensar em uma nova área de investigação, como sugere Steinberger (2001, p. 10), mas de privilegiar a dimensão ambiental na reflexão social, o que pressupõe incorporá-la ao tratamento da questão urbana e regional.

Enfim, pode-se dizer que a questão ambiental aparentemente se converteu em mais um elemento de uma das arenas de enfrentamento entre distintos grupos sociais e políticos no capitalismo contemporâneo. Para Claus Offe (1991, p. 128), os processos de articulação (política) entre governos/sistema político e forças sociais podem “ser mais bem compreendidos, se os imaginamos compostos de três níveis ou três arenas de conflitos, dispostas uma sobre a outra”. A primeira é a arena dos processos políticos de decisões no interior do aparato estatal, cujos protagonistas são as elites políticas, que competem eleitoralmente e pelos escassos recursos e que decidem sobre programas político-sociais, legislação e orçamentos. A segunda arena é onde se produz, distribui e institui o poder político. É nessa arena que se determinam a agenda política, as prioridades, as soluções dos problemas e a durabilidade dos pactos e compromissos. A terceira arena, a mais importante, é onde ocorrem as mudanças e a

[...] *luta pela redistribuição do poder social*. O poder do mercado, a legitimidade política ou a força de organização que um grupo ou uma classe usufrui, durante certo tempo, podem, por exemplo, ser reduzidos [...], ou outro grupo pode abrir para si novos canais de influência, formar novas alianças ou conquistar posição hegemônica mediante referência a valores, ideais e visões novos. (OFFE, 1991, p. 130).

É nesse contexto de referência a novos valores, ideais e visões que se insere a questão ambiental contemporânea, uma vez que pressupõe uma mudança de valores e atitudes no bojo da luta política pelo direito à cidade e da luta pela apropriação dos recursos naturais¹⁰. Nesse sentido, a controvérsia ambiental não constitui um espaço neutro e desinteressado mas sim, uma dimensão a mais nas arenas de enfrentamento entre capital e trabalho, entre produção e reprodução, entre a dominação e a apropriação do espaço social, entre a coisificação, a mercantilização e a “fetichização” da natureza – a sua representação hegemônica (rede Globo) e a sua apropriação social enquanto valor de uso e meio de liberação social.

⁹ A respeito desses distintos discursos ver os trabalhos de Henri Acselrad (1999) e de Marília Steinberger (2001).

¹⁰ Para uma comparação entre as arenas propostas por Claus Offe e por Jürgen Habermas ver o trabalho de Ester Limonad e Rainer Randolph (2002, p. 67 et seq.).

Referências

- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Campinas, ano 1, n. 1, p. 79-90, maio 1999.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global*. Barcelona: Taurus, 1997.
- CAPEL, H. La incidencia del hombre en la faz de la Tierra: de la ecología a la ecología política o, simplemente, a la política. In: NAREDO, J. M.; GUTIÉRREZ, L. (Ed.). *La incidencia de la especie humana sobre la faz de la Tierra*. Granada: Universidad de Granada; Fundación César Manrique, 2005. p. 91-136.
- CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. México: Siglo Veintiuno, 1978.
- COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 1, n. 2, p. 55-72, mar. 2000.
- ECO, U. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ESCOBAR, A. Constructing nature, elements for a poststructural political ecology. In: PEET, R.; WATTS, M. *Liberation ecologies*. London: Routledge, 1996. p. 46-68.
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GEORGE, P. *O meio ambiente*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- HARVEY, D. *Justice, nature & the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HARVEY, D. La geografía de la acumulación capitalista: una reconstrucción de la teoría marxista. In: GARCIA, M. D. (Ed.). *La geografía regional anglosajona*. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona, 1978.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, São Paulo, ano 2, n. 6, p. 6-35, jun./set. 1982.
- HENDERSON, J.; CASTELLS, M. (Ed.). *Global restructuring and territorial development*. Beverly Hills, California: Sage, 1987.
- JURASSIC Park. Direção: Steven Spielberg. Produção: Amblin Entertainment. Roteiro: Michael Crichton. Estados Unidos: Universal Pictures, 1993. 1 DVD (127 min), son., color.
- LEFEBVRE, H. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. London: Blackwell, 1991.
- LIMONAD, E. Multipolar urbanization patterns in south Rio de Janeiro: from competition or cooperation to cooptation. In: MARKOWSKI, T.; MARSZAL, T. (Org.). *Polycentric metropolitan regions: new concepts and experiences*. Warszawa: Committee for Space Economy and Regional Planning / Polish Academy of Sciences, 2002. p. 143-158.
- LIMONAD, E. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. 1996. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-27042005-162418/>>. Acesso em: 2 ago. 2006.
- LIMONAD, E.; RANDOLPH, R. port@leletrônico.gov: considerações sobre a interação Sociedade-Estado através das redes telemáticas. *Geographia*, Niterói, ano 4, n. 7, p. 59-71, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_07/ester7.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2006.

- LIPIETZ, A. *Green hopes: the future of political ecology*. Cambridge: Polity, 1995.
- LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço & Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, São Paulo, ano 8, n. 25, p.12-29, 1998.
- LOJIKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOW, D. Contemporary reinvention of Chief Seattle: variant texts of Chief Seattle's 1854 speech. *American Indian Quarterly*, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 407-421, 1995.
- MALTHUS, T. R. Of the general checks to population, and the mode of their operation. In: MALTHUS, T. R. *An essay on the principle of population: a view of its past and present effects on human happiness, with an inquiry into our prospects respecting the future removal or mitigation of the evils which it occasions*. 6. ed. London: John Murray, 1826. livro I, cap. II. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Malthus/malPlong.html>>. Acesso em: 2 ago. 2006.
- MARX, K. *Critique of the Gotha programme*. Moscow: Progress, 1970. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1875/gotha/ch01.htm>>. Acesso em: 2 ago. 2006.
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. livros I e III.
- MARX, K. Prefácio. In: MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril, 1979. p. 129-130.
- MARX, K.; ENGELS, F. *The German ideology*. Moscow: Progress, 1976.
- OFFE, C. Algumas contradições do Estado social moderno. In: OFFE, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2, p. 113-131.
- PEDRÃO, F. C. A sustentabilidade social e ambiental. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano 4, n. 6, p. 28-41, jul. 2002.
- RIBEIRO, A. C. T. *Metrópoles brasileiras: limites à integração social no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Rio de Janeiro: Convênio IPPUR-UNV-UNRISD, 1995. Relatório de pesquisa.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SANTOS, M. Involução metropolitana e economia segmentada. In: RIBEIRO, A. C. T.; MACHADO, D. E. (Org.). *Metropolização e rede urbana*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPPUR, 1990. p. 12-45.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1994.
- SCHMIDT, A. *El concepto de naturaleza en Marx*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1986.
- SCHMIDT, B.; FARRET, R. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SCOTT, A. J. *et al.* Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, São Paulo, ano 17, n. 41, p. 11-25, 2001.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SORRE, M. *Recontres de la géographie et de la sociologie*. Paris: Marcel Rivière, 1957.
- STEINBERGER, M. A (re)construção de mitos: sobre a (in)sustentabilidade do(n) espaço urbano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 2, n. 4, p. 9-32, maio 2001.
- TOPALOV, C. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat? *Cadernos Ippur*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, p. 19-44, jan./abr. 1997.
- TOPALOV, C. *La urbanización capitalista*. México: Península, 1980.
- UNITED NATIONS. *Sub-Commission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities Human Rights and the Environment's final report*. [S.l.], 1996. Disponível em: <<http://www.austlii.edu.au/au/journals/AILR/1996/98.html>>. Acesso em: 31 jul. 2006.
- VELTZ, P. *Mondialisation: ville et territoire*. Paris: PUF, 1996.
- WEISS, E. B. Our rights and obligations to future generations for the environment. *The American Journal of International Law*, [s.l.], v. 84, n. 1, p. 198-207, jan. 1990.